

À SAAEP

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PARAUAPEBAS



AOS CUIDADOS DA CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ILMO. PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

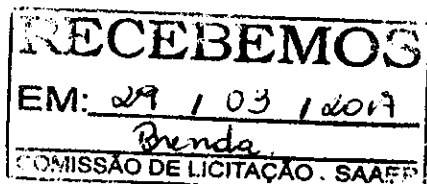
**PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2017/SAAEP**

**OBJETO:** "Registro de Preços para aquisição de combustíveis (gasolina comum e diesel S10), com fornecimento contínuo e fracionado, conforme demanda, para suprir as necessidades da frota de veículos, roçadeiras, moto bombas e grupo gerador do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parauapebas, Estado do Pará."

**SALDANHA & CAMARGOS LTDA**, empresa inscrita sob o CNPJ n.º 14.721.013/0001-64, com sede estabelecida na ROD PA 275, Km 66,8, s/nº, Qd. Especial, Lt Especial, Novo Brasil, Parauapebas-PA, por seu representante legal infra assinado, **RAFAEL SALDANHA JUNIOR**, brasileiro, solteiro, comerciante, portador do RG n.º: MG 11672154 SSP/MG e do CPF n.º: 045.322.946-81, com fulcro na alínea " a ", do inciso I, do art. 109, da Lei nº 8666/93, à presença de (Vossa Excelência ou Vossa Senhoria), a fim de interpor

**RECURSO ADMINISTRATIVO**, em tempo hábil, à presença de Vossa Senhoria, contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que julgou habilitada a licitante **CAETANO & PINHEIRO LTDA**, apresentando no articulado as razões de sua irresignação, que adiante especifica o que faz na conformidade seguinte:

A presente impugnação pretende afastar do presente procedimento licitatório, exigência feita em extrapolação ao disposto no estatuto que disciplina o instituto das licitações, com intuito inclusive, de evitar que ocorra restrição



Recebido em  
29/03/17

À SAAEP

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PARAUAPEBAS



AOS CUIDADOS DA CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ILMO. PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

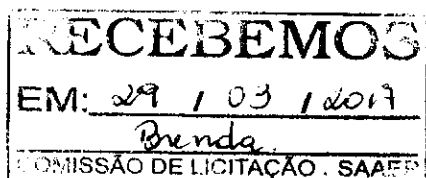
**PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2017/SAAEP**

**OBJETO:** "Registro de Preços para aquisição de combustíveis (gasolina comum e diesel S10), com fornecimento contínuo e fracionado, conforme demanda, para suprir as necessidades da frota de veículos, roçadeiras, moto bombas e grupo gerador do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parauapebas, Estado do Pará."

**SALDANHA & CAMARGOS LTDA**, empresa inscrita sob o CNPJ n.º 14.721.013/0001-64, com sede estabelecida na ROD PA 275, Km 66,8, s/nº, Qd. Especial, Lt Especial, Novo Brasil, Parauapebas-PA, por seu representante legal infra assinado, **RAFAEL SALDANHA JUNIOR**, brasileiro, solteiro, comerciante, portador do RG n.º: MG 11672154 SSP/MG e do CPF n.º: 045.322.946-81, com fulcro na alínea " a ", do inciso I, do art. 109, da Lei nº 8666/93, à presença de (Vossa Excelência ou Vossa Senhoria), a fim de interpor

**RECURSO ADMINISTRATIVO**, em tempo hábil, à presença de Vossa Senhoria, contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que julgou habilitada a licitante **CAETANO & PINHEIRO LTDA**, apresentando no articulado as razões de sua irresignação, que adiante especifica o que faz na conformidade seguinte:

A presente impugnação pretende afastar do presente procedimento licitatório, exigência feita em extrapolação ao disposto no estatuto que disciplina o instituto das licitações, com intuito inclusive, de evitar que ocorra restrição



desnecessária do universo de possíveis e capacitados competidores, obstando a BUSCA DA CONTRATAÇÃO MAIS VANTAJOSA, obedecendo os critérios definidos no presente Edital, correlacionando o rol de documentos necessários à sua habilitação, serão vejamos:

## 1 - DOS FATOS

Trata-se de procedimento licitatório "*Pregão Presencial nº 001/2017SAAEP - Registro de Preços para aquisição de combustíveis (gasolina comum e diesel S10), com fornecimento contínuo e fracionado, conforme demanda, para suprir as necessidades da frota de veículos, roçadeiras, moto bombas e grupo gerador do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parauapebas, Estado do Pará*", consoante objeto a ser contratado.

Na hipótese dos autos, a **SAAEP** instaurou pregão presencial, tipo menor preço, para aquisição de combustíveis descritos no objeto em comento.

A subscrevente tendo interesse em participar da licitação supramencionada, adquiriu o respectivo Edital, conforme documento junto.

Ao verificar as condições para participação na licitação citada, foi percebida que a mesma atende e possui todas as exigências formulada nos itens relativos a documentação.

O mesmo pretexto, não se aplica a empresa **CAETANO & PINHEIRO LTDA**, uma vez que não sucede das premissas e exigências legais, o está contrariando as normas que regem o procedimento licitatório em questão.

Acudindo ao chamamento dessa Instituição para o certame licitacional epigrafado, a recorrente e outras licitantes, dele vieram participar.

Acontece que, após a análise da documentação apresentada pelos licitantes, a Comissão de Licitação culminou por julgar habilitada a empresa **CAETANO & PINHEIRO LTDA** ao arrepio das normas editalícias.



## **2 - DAS RAZÕES DA REFORMA**

De acordo com Edital da licitação em apreço, estabelecido ficou, entre outras condições de participação, que as licitantes deveriam apresentar:

**2.1 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO constantes do Item "8" do Edital.**  
Ocorre que ao analisar o rol de documentos apresentados, a empresa **CAETANO & PINHEIRO LTDA**, não atendeu ao requisito "8.1.1.1" o qual prevê a necessidade de apresentação de cédula de identidade do representante legal da empresa. Nessa caso, a empresa **CAETANO & PINHEIRO LTDA** apresentou apenas documento em nome de KEILA SOARES LIMA CAETANO, deixando de juntar os demais documentos de representação, consoante contrato social em apenso.

## **2.2 NÃO APRESENTAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO ECONOMICA FINANCEIRA Item 8.1.14.1**

Supondo ter atendido tal exigência, a proponente **CAETANO & PINHEIRO LTDA**, apresentou balancete financeiro de boa situação **LG inferior a 1**, contrariando o dispositivo editalício exigido para participação do certame, vejamos:

- as Demonstrações Contábeis do Resultado do Exercício de 01/01/2015 a 31/12/2015, atualizados pelo IGP-DI, de Jan à Fev/2017, demonstram que o fator liquidez geral está inferior a 1, ou seja, seu numerário fracional enquadra em **0,968540418 (LG=AC+RLP/PC+ELP)**, conforme balancete apresentado pela empresa ora impugnada, vejamos:

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Demonstrativo do Resultado do Exercício - Levantamento Período de 01/01/2015 à 31/12/2015 valores atualizados pelo IGP - DI

LG = AC + RLP	3.726.151,45	
PC + ELP	3.847.182,19	0,968540418



Alias, o índice de LIQUIDEZ apresentado pela empresa impugnada, datado de 31 de Dezembro de 2016, apresenta seu LG = 0,97, a seguir transcrito:

**Auto Posto Sol Poente****Caetano & Pinheiro Ltda****CNPJ: 08.274.371/0001-73****ÍNDICES DE LIQUIDEZ**

LG= ATIVO CIRCULANTE + REALIZAVEL A LONGO PRAZO  
PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE

$$\text{LG} = \frac{3.541.137,63}{3.656.158,86} = \frac{3.541.137,63}{3.656.158,86} = 0,97$$

Vejamos que o Edital prevê as condições estabelecidas inicialmente para a competição entre as empresas, todavia, em discordância a isonomia e ferindo os princípios da administração pública e livre concorrência, esta Comissão de Licitação, sem maiores considerações, acabou por aceitar este documento em total disparidade ao percentual indicado no certame, reputando descumprida a exigência de que se cogita.

Ora Sr. Pregoeiro, essa atitude é manifestamente ilegal, à medida que, a própria empresa impugnada sabia das condições de participar, juntando documentos contábeis, onde atestam que seu LG (índice liquidez geral) encontra-se em

nível inferior ao indicado no Edital, e por óbvio, sua aceitação (habilitação), faz prova de que a indigitada licitante não está na condição de participar, contrariando com ríspida ilegalidade os ditames editalícios, confrontando as demais empresas que se encontram com seus níveis financeiros **LG, SG, LC** em perfeitas condições e dentro dos parâmetros exigidos, como é o caso da Recorrente !.



É sabido de todos que a prova do cumprimento de toda e qualquer exigência editalícia deve ocorrer na época oportuna, não podendo relegar-se para o futuro a apresentação de documento que deveria integrar o envelope pertinente à habilitação, o que desde já, requer a procedência do pedido e a inabilitação da empresa **CAETANO & PINHEIRO LTDA, por apresentar documentos contrários as exigências do Edital**, sob pena de acarretar severos prejuízos as demais concorrentes, em especial a Recorrente, podendo ainda a sofrer penalidades judiciais que o caso requer .

Com a devida venia, a decisão da ilustre Comissão é insustentável, senão vejamos:

*"A documentação - consoante ensina o saudoso Hely Lopes Meirelles - é o conjunto de comprovantes da capacidade jurídica, da regularidade fiscal, da capacidade técnica e da idoneidade financeira que se exige dos interessados para habilitarem-se na licitação". (Licitação e Contrato Administrativo, RT, 8ª ed. p. 119).*

A Recorrente possui todos estes atributos legais, tanto que em reiteradas oportunidades vem participando de procedimentos licitatórios, alguns dos quais neste mesmo Estado.

Aliás, o § 3º, do art. 43, da Lei nº 8666/93, deixa patente a impossibilidade de ser incluído documento posteriormente à fase apropriada.



De outra parte, a conduta voltada à aceitação de apresentação de documento de forma extemporânea viola o princípio da isonomia que deve presidir todo e qualquer procedimento licitatório ( art. 3º, da Lei nº 8666/93 ).

### 2.3 NÃO APRESENTAÇÃO DE ATESTADO DE DIESEL S-10

Como se não bastasse as inúmeras afrontas ao certame, a empresa **CAETANO & PINHEIRO LTDA** deixou de apresentar a comprovação de aptidão para fornecimento de **DIESEL S10**, objeto do Edital, não atestando possuir o referido combustível em seus documentos juntados.

Os documentos trazidos a baila, pela impugnada não traz nenhuma menção de possuir combustível S10 em seu ramo de atividade, seus **atestados de capacidade técnica e licença municipal** não aduzem nenhum destaque os referido produto, o que implica em não cumprimento ao objeto de aquisição do presente Edital.

Nesse sentido, a falta do atestado não pode ser simplesmente relevada, uma vez que também é objeto de expressa exigência editalícia. Mais uma vez, não é possível desconsiderar o edital para atender à conveniência possível desconsiderar o edital para atender à conveniência da licitante. Era perfeitamente possível que ela obtivesse tal atestado. Havendo previsão no edital e sendo essa previsão passível de cumprimento pela licitante, não podem ser aceitos meios alternativos de comprovação de sua experiência. Não apresentado o atestado exigido pelo edital, a única via admissível é a inabilitação do prego.

## 2.4 AUSENCIA DE LICENÇA ESTADUAL DE OPERAÇÃO Item 8.1.21



Novamente vem a Recorrente insurgir acerca das atrocidades acometidas pela impugnada **CAETANO & PINHEIRO LTDA**, diante da ausência de documentos e preceitos, os quais deveriam seguir com celeridade, no intuito de garantir lisura ao certame.

No que tange ao referido documento, a empresa apresentou apenas LICENÇA MUNICIPAL DE OPERAÇÃO emitido pela SEMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente, não obedecendo novamente os comandos do Edital, o qual prevê a que o referido Documento **deverá ser emitido pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará - SEMAS/PA**. Desta forma, a impugnada **CAETANO & PINHEIRO LTDA**, **deverá ser considerada INABILITADA**, ante ausência do disposto do item 8.1.21.

É de suma importância esclarecer que, o edital não leva a licitante a erro. O texto é bem claro, **exigindo documentos diferentes conforme a natureza jurídica da empresa licitante**. A apresentação de documento segundo disposição aplicável a empresas de natureza jurídica distinta da licitante não pode ser qualificado de outra forma que não o descumprimento de previsão editalícia, impondo a inabilitação no pregão.

Ora, se o rol de documentos são definidos pelo seu Edital, e seus itens seguintes não são obedecidos, padecem de ilegalidade e contradição, **VIOLANDO NITIDAMENTE O PRINCIPIO DA NÃO VINCULAÇÃO AO EDITAL**, o que deve ser analisado junto ao órgão julgador, requerendo a **INABILITAÇÃO** da empresa **CAETANO & PINHEIRO LTDA**, afim de evitar erros e prejuízos a partes, é o que se requer !





### 3 - DO PEDIDO

Aduzidas as razões que balizaram o presente RECURSO contra a empresa **CAETANO & PINHEIRO LTDA**, esta Recorrente, requer, com supedâneo na Lei nº. 8.666/93 e suas posteriores alterações, bem como as demais legislações vigentes, o recebimento, análise e admissão desta peça, para que o ato de habilitação, seja revisado e anulada a decisão em apreço, na parta atacada neste, declarando-se **INABILITADA** a empresa ora fustigada **CAETANO & PINHEIRO LTDA** para prosseguir no pleito **PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2017/SAAEP**.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado, à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93, observando-se ainda o disposto no § 3º do mesmo artigo, **dando prosseguimento as demais empresas classificadas**.

Estas adequações são a forma de se recuperar a característica essencial da disputa, sem os graves indícios de direcionamento do certame.

Nesses termos,

Pede e espera deferimento!

Parauapebas-PA, 28/03/2017.

**SALDANHA & CAMARGOS LTDA**

**RAFAEL SALDANHA JUNIOR**

Sócio Proprietário da Empresa **SALDANHA & CAMARGOS LTDA**